A CONTRIBUIÇÃO DOS CONSELHOS NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO[1]

Edemar Rotta[2], *Lislei Teresinha Preuss*, *Maria Alice Canzi Ames*[2], *Priscila Ostapiuk*

INTRODUÇÃO: O presente trabalho faz parte do Projeto de Pesquisa: "As Políticas Sociais como meios potencializadores dos arranjos produtivos locais na Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul", realizado por um grupo de pesquisadores ligados ao Departamento de Ciências Sociais, no período de fevereiro de 2006 a janeiro de 2007. A pesquisa investigou a relação entre as políticas sociais e os processos de desenvolvimento na tentativa de compreender até que ponto elas potencializam os arranjos produtivos locais, na medida em que contribuem para ampliar as oportunidades, expandir as capacidades humanas, melhorar as habilidades produtivas das pessoas, gerar melhor qualidade de vida e proporcionar um ambiente favorável ao crescimento econômico com maior eqüidade social (SEN, 2000). MATERIAL E MÉTODOS: O recorte que faz-se aqui, contempla o objetivo específico referente à análise do papel dos conselheiros de políticas sociais e as formas de mediação existentes nos municípios, onde optou-se por realizar entrevistas diretas com os mesmos e analisar os Planos Plurianuais (PPA) existentes nos respectivos municípios. Ao total foram 30 entrevistas realizadas e, em média, entrevistou-se dois conselheiros de cada um dos 15 municípios pesquisados. As entrevistas foram realizadas individualmente com cada conselheiro e foram baseadas num roteiro norteador que ficou direcionada na questão de sua experiência de participação em outros Conselhos; se existia algum curso de capacitação para os conselheiros e, se já havia participado de algum deles; questionou-se ainda como foi escolhido para participar do Conselho que representa; o que o conselheiro entrevistado acreditava como sendo sua contribuição no Conselho; de que forma trazia as reivindicações da comunidade para o Conselho e como realizava o repasse das discussões ocorridas nas reuniões do Conselho à comunidade ou entidade que estava representando e, por fim, que sugestões dariam para melhorar o trabalho feito pelos Conselhos. RESULTADOS: Nas entrevistas com os conselheiros, verificou-se que a expressiva maioria não possui clareza sobre a sua função como integrante do respectivo conselho, de modo a participar somente com o intuito de votar, assinar atas e garantir o repasse de recursos da política social que representa, ou seja, não se sente um agente com poder de influenciar mudanças sociais. Constatou-se também, que é fundamental um amplo processo de investimento em formação e capacitação dos conselheiros em torno da elaboração, gestão e controle das políticas públicas, para que estes possam exercer efetivamente uma participação crítica e propositiva, de modo que se consiga garantir a defesa de interesses das parcelas majoritárias da população brasileira que se encontra excluída do acesso a bens e serviços em geral. Além disso, os conselheiros precisam ter realmente uma representatividade oriunda da indicação da população local e não indicações impostas e/ou com colorações partidárias. A clareza de papel dos conselheiros no conselho que representam pode, além da capacitação que é fundamental, também ser fruto dessa legitimidade popular e comunitária. CONCLUSÕES: Acredita-se pois, que não basta os conselheiros estarem participando "numericamente", assinando papéis e simplesmente votando sem saber direito

que interesses representam. Ao conselheiro é preciso uma postura de abertura, sensibilidade e propriedade para discutir, opinar, repassar as reivindicações da comunidade local e esta também precisa ser atuante em termos de participação. Mudar esta tendência "viciada" em que as mesmas pessoas são conselheiras por diversas vezes pode ser um dos caminhos de mudança. Os Conselhos Municipais são canais fundamentais de participação coletiva e de criação de uma nova dinâmica de relações políticas entre governos e cidadãos, tendo como objetivo a busca da ampliação e o fortalecimento do poder local. Desta forma, tais conselhos visam garantir o resgate da cidadania, a descentralização do poder, a democratização da participação política, a ampliação das formas de participação, a organização do governo e das entidades não-governamentais, nas formas como serão geridas as políticas sociais e a efetivação do controle social, mas para garantir a compreensão do poder desse papel, é necessário investimento em qualificação dos sujeitos participantes do processo.

1 Projeto de Pesquisa Institucional

2 Licenciada em Ciências Sociais, Mestre em Educação nas Ciências (Unijuí), professora do Departamento de Ciências Sociais da Unijuí. Endereço: RS 344, Km 39, Fone: (55) 3511-52-41/ Santa Rosa/RS. E-mail: amesmac.sra@terra.com.br.